

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	75.531	61.105
Contas a receber de clientes e outros	6	1.280.687	1.284.801
Títulos e valores mobiliários	5	195.119	899.928
Instrumentos financeiros derivativos	12	248.803	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	191.065	127.206
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	62.104	65.459
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	16.705	8.019
Serviços em curso		16.478	31.629
Outros ativos circulantes		74.682	77.411
Total do circulante		2.161.174	2.555.558
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	40.840	33.311
Títulos e valores mobiliários	5	16.275	3.630
Instrumentos financeiros derivativos	12	347.535	996.899
Impostos e contribuições a recuperar	7	73.980	54.748
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	25.517	112.605
Impostos e contribuições diferidos	9	285.848	277.783
Depósitos judiciais	16	410.042	347.587
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	15.562	17.015
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	10.1	3.143.698	2.544.115
Outros ativos não circulantes		6.818	7.613
Intangível	10.2	4.002.595	3.744.998
Total do não circulante		8.368.710	8.140.304
Ativo total		10.529.884	10.695.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	818.953	1.060.081
Empréstimos e financiamentos	12	1.356.575	875.512
Debêntures	12	11.246	-
Instrumentos financeiros derivativos	12	23.320	26.132
Salários e encargos a pagar	13	65.187	74.747
Taxas regulamentares	14	91.785	99.817
Impostos e contribuições a recolher	15	172.685	166.735
Dividendos e juros sobre capital próprio	18	118.455	8.543
Provisões	16	83.871	69.004
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	35.859	22.419
Outros passivos circulantes	17	254.026	257.535
Total do circulante		3.031.962	2.660.525
Não circulante			
Fornecedores	11	40.954	36.398
Empréstimos e financiamentos	12	2.984.763	4.311.050
Debêntures	12	641.482	-
Instrumentos financeiros derivativos	12	27.492	-
Taxas regulamentares	14	20.115	25.239
Impostos e contribuições a recolher	15	5.892	4.842
Provisões	16	242.018	212.771
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	536.487	430.633
Outros passivos não circulantes	17	43.011	25.943
Total do não circulante		4.542.214	5.046.876
Patrimônio líquido	18		
Capital social		709.872	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		1.704.394	1.845.651
Outros resultados abrangentes		(156.608)	(97.403)
Total patrimônio líquido		2.955.708	2.988.461
Passivo e patrimônio líquido total		10.529.884	10.695.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita líquida	19	7.067.284	6.718.078
Custo do serviço		<u>(5.708.660)</u>	<u>(5.294.934)</u>
Custos com energia elétrica	20.1	(3.641.858)	(3.849.804)
Custos de operação	20.2	(1.078.687)	(812.064)
Custos de construção		<u>(988.115)</u>	<u>(633.066)</u>
Lucro bruto		1.358.624	1.423.144
Despesas com vendas	20.2	(324.611)	(374.449)
Despesas gerais e administrativas	20.2	<u>(294.803)</u>	<u>(272.197)</u>
Lucro operacional		739.210	776.498
Resultado financeiro		<u>(466.727)</u>	<u>(332.752)</u>
Receitas financeiras	21	2.066.480	2.725.949
Despesas financeiras	21	<u>(2.533.207)</u>	<u>(3.058.701)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		272.483	443.746
Imposto de renda e contribuição social		<u>(12.806)</u>	<u>(107.643)</u>
Corrente		3.378	(91.330)
Diferido		(6.417)	(34.476)
Imposto de Renda – incentivo fiscal da SUDENE		6.252	34.802
Amortização fiscal do ágio		<u>(16.019)</u>	<u>(16.639)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>259.677</u>	<u>336.103</u>
Lucro básico e diluído por ação do capital:			
Ordinária		1,3359	1,7315
Preferencial A		1,3359	1,7315
Preferencial B		1,4694	1,9047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	259.677	336.103
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e perdas atuariais	(89.706)	(35.433)
Tributos diferidos sobre ajustes atuariais	30.501	12.049
	(59.205)	(23.384)
Resultado abrangente do exercício	200.472	312.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Reserva de capital				Reserva de Lucros							Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	815.874	108.433	621.651	48.065	2.208	(74.019)	-	2.762.425
Reclassificação de reserva	-	-	-	-	-	-	20.273	(20.273)	-	-	-	-
Reversão de dividendos/JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	153	-	-	153
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.384)	-	(23.384)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	336.103	336.103
Destinações do lucro:												
Reserva incentivo fiscal - Sudene	-	-	-	-	34.804	-	-	-	-	-	(34.804)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.635)	(38.635)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.566)	(41.566)
JSCP a distribuir – complemento 25% mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.635)	(6.635)
Reserva Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	214.463	-	-	-	(214.463)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	850.678	108.433	856.387	27.792	2.361	(97.403)	-	2.988.461
Aumento de capital	167.709	-	-	-	-	-	(167.709)	-	-	-	-	-
Reclassificação entre reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	30.153	(27.792)	(2.361)	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.205)	-	(59.205)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	259.677	259.677
Destinações do lucro:												
Reserva de incentivo fiscal - Sudene	-	-	-	-	6.252	-	-	-	-	-	(6.252)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(216.574)	(216.574)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.651)	(16.651)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	20.200	-	-	-	(20.200)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	709.872	18.569	339.052	340.429	856.930	108.433	739.031	-	-	(156.608)	-	2.955.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro do exercício antes dos impostos	272.483	443.746
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização (*)	351.211	336.669
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(139.188)	77.650
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais, derivativos e outras receitas e despesas financeiras	412.013	362.291
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(145.730)	(223.900)
Valor residual do ativo intangível baixado	45.874	46.590
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	71.998	57.102
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	92.250	72.881
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	40.911	36.658
	1.001.822	1.209.687
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(95.665)	(275.023)
IR e CSLL a Recuperar	4.641	6.805
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(44.385)	19.916
Estoques	292	2.733
Depósitos judiciais	(39.172)	(41.415)
Despesas pagas antecipadamente	12.168	(14.883)
Benefício Pós Emprego	13	13
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	229.631	224.650
Outros ativos	(18.450)	(51.315)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	1.255	(7.435)
	50.328	(135.954)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(236.572)	346.839
Salários e encargos a pagar	(9.560)	15.825
Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrum. Financ. Deriv.	(455.747)	(356.087)
Taxas regulamentares	(18.881)	91.003
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)pagos	(33.718)	(38.832)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	7.000	30.045
Indenizações e contingências pagas	(83.871)	(55.870)
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(19.824)	(22.890)
Outros passivos	13.559	65.911
	(837.614)	75.944
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	214.536	1.149.677
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(1.186.295)	(915.252)
Resgate/Aplicação de títulos e valores mobiliários	757.000	(682.791)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(429.295)	(1.598.043)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	442.154	895.636
Captação de debêntures	650.000	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(912.508)	(353.692)
Amortização do principal de debêntures	(8.176)	-
Pagamentos de custos de captação	(501)	(321)
Obrigações vinculadas	181.530	220.340
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(123.314)	(299.307)
GERAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	229.185	462.656
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.426	14.290
Caixa e equivalentes no início do exercício	61.105	46.815
Caixa e equivalentes no final do exercício	75.531	61.105
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	14.426	14.290

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receitas			
Vendas brutas de energia, serviços e outros		10.493.019	9.975.963
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(92.250)	(75.150)
		10.400.769	9.900.813
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	(*)	(3.610.786)	(3.719.281)
Encargos de uso da rede básica	(*)	(404.227)	(476.597)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*)	(1.871.688)	(1.340.126)
		(5.886.701)	(5.536.004)
Valor adicionado bruto		4.514.068	4.364.809
Amortização	(*)	(351.212)	(330.834)
Valor adicionado líquido		4.162.856	4.033.975
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	(*)	2.075.030	2.732.263
Valor adicionado total a distribuir		6.237.886	6.766.238
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remunerações		181.395	152.943
Encargos sociais (exceto INSS)		40.222	34.139
Benefícios pós-emprego		(42.130)	(38.762)
Auxílio alimentação		24.380	18.442
Previdência privada e outros benefícios		26.771	25.606
Despesas com desligamento		12.401	24.296
Provisão para férias e 13º salário		42.398	42.911
Plano de saúde		54.025	51.166
Indenizações trabalhistas		18.353	12.517
Participação nos resultados		22.798	22.187
Administradores		7.100	7.778
Encerramento de ordem em curso		2.324	1.581
(-) Transferência para ordens		(56.446)	(59.567)
Outros		110	231
Subtotal		333.701	295.468
Impostos, Taxas e Contribuições			
INSS (sobre folha de pagamento)		45.923	40.187
ICMS		1.853.033	1.738.526
PIS/COFINS sobre faturamento		500.228	467.437
Imposto de renda e contribuição social		12.806	107.643
Obrigações intra-setoriais		677.1065	702.091
Outros		13.963	13.290
Subtotal		3.103.059	3.069.174
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros e variações cambiais		2.533.207	3.058.701
Aluguéis	(*)	8.242	6.792
Subtotal		2.541.449	3.065.493
Remuneração de Capitais Próprios			
Juros sobre capital próprio		216.574	38.635
Dividendos distribuídos		16.651	48.201
Dividendos propostos		-	260.508
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE		6.252	34.804
Retenção de lucros		20.200	(46.045)
Subtotal		259.677	336.103
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO		6.237.886	6.766.238

* Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, com sede no subdistrito Narandiba em Salvador – Bahia, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 010 com vencimento em 2027. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 25 de julho de 2017 as quais estão expressas em milhares de reais.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – Internacional Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados, (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, (iii) a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, (iv) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, (v) o cálculo dos ativos e passivos atuariais dos planos de benefícios pós-emprego, (vi) os valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.3 Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.4 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado.

Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de hedge, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de hedge.

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

2.5 Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

2.7 Reapresentação

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, no âmbito dos trabalhos preparatórios realizados com vistas a uma potencial oferta pública inicial de distribuição de ações de emissão da sua acionista Controladora Neoenergia S.A., conforme Fato Relevante por ela divulgado em 18 de julho de 2017, objetivando uma melhor apresentação da posição patrimonial e do desempenho operacional e econômico da Companhia, e em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2016 e 2015 e às demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos exercícios findos naquela data, cujas demonstrações financeiras de 2016 foram originalmente arquivadas na Comissão de valores mobiliários (CVM) em 22 de fevereiro de 2017, e as demonstrações financeiras de 2015 em 22 de fevereiro de 2016, estão sendo reapresentadas, de forma a demonstrar os ajustes e reclassificações decorrentes dos seguintes assuntos:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

2.7.1 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		2015		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	(k)	959.661	(898.556)	61.105
Títulos e valores mobiliários	(k)	1.372	898.556	899.928
Impostos e contribuições a recuperar	(b)	124.364	2.842	127.206
Outros ativos circulantes		1.467.319	-	1.467.319
Não Circulante				
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	996.899	996.899
Impostos e contribuições sociais diferidos	(b)	247.441	30.342	277.783
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(c)	2.514.452	29.663	2.544.115
Intangível	(i)	3.761.922	(16.924)	3.744.998
Outros ativos não circulantes		576.509	-	576.509
Total do Ativo		9.653.040	1.042.822	10.695.862
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	(a)	901.644	(26.132)	875.512
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	26.132	26.132
Taxas regulamentares	(d)	101.393	(1.576)	99.817
Impostos e contribuições a recolher	(b)	157.209	9.526	166.735
Outros passivos circulantes		1.492.329	-	1.492.329
Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	(a)	3.314.151	996.899	4.311.050
Provisões	(h)	191.125	21.646	212.771
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(e)	333.375	97.258	430.633
Outros passivos não circulantes		92.422	-	92.422
Patrimônio líquido		3.069.392	(80.931)	2.988.461
Total do passivo e patrimônio líquido		9.653.040	1.042.822	10.695.862

		2016		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	(k)	268.057	(192.526)	75.531
Títulos e valores mobiliários	(k)	2.593	192.526	195.119
Impostos e contribuições a recuperar	(b)	182.211	8.854	191.065
Outros ativos circulantes		1.699.459	-	1.699.459
Não Circulante				
Impostos e contribuições sociais diferidos	(b)	270.188	15.660	285.848
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(c)	3.154.282	(10.584)	3.143.698
Intangível	(i)	4.034.485	(31.890)	4.002.595
Outros ativos não circulantes		936.569	-	936.569
Total do Ativo		10.547.844	(17.960)	10.529.884
Passivo				
Circulante				
Taxas regulamentares	(d)	93.382	(1.597)	91.785
Impostos e contribuições a recolher	(b)	160.930	11.755	172.685
Outros passivos circulantes		2.767.492	-	2.767.492
Não Circulante				
Provisões	(h)	217.708	24.310	242.018
Outros passivos não circulantes		4.300.196	-	4.300.196
Patrimônio líquido		3.008.136	(52.428)	2.955.708
Total do passivo e patrimônio líquido		10.547.844	(17.960)	10.529.884

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

2.7.2 Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		2015		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida	(b)/(c)/(d)/(f)	6.818.841	(100.763)	6.718.078
Custo do serviço	(f)/(g)/(i)	(5.357.793)	62.859	(5.294.934)
Despesas com vendas	(f)	(372.278)	(2.171)	(374.449)
Despesas gerais e administrativas	(e)/(g)/(h)	(240.365)	(31.832)	(272.197)
Receitas financeiras		2.725.949	-	2.725.949
Despesas financeiras	(f)/(g)	(3.061.000)	2.299	(3.058.701)
Imposto de renda e contribuição social	(b)	(127.059)	19.416	(107.643)
Lucro líquido do exercício		386.295	(50.192)	336.103

		2016		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida	(b)/(c)/(d)	7.094.607	(27.323)	7.067.284
Custo do serviço	(g)/(i)	(5.695.807)	(12.853)	(5.708.660)
Despesas com vendas		(324.611)	-	(324.611)
Despesas gerais e administrativas	(g)	(292.139)	(2.664)	(294.803)
Receitas financeiras	(g)	2.075.947	(9.467)	2.066.480
Despesas financeiras	(e)/(g)	(2.518.274)	(14.933)	(2.533.207)
Imposto de renda e contribuição social	(b)	(35.668)	22.862	(12.806)
Lucro líquido do exercício		304.055	(44.378)	259.677

2.7.3 Demonstração do resultado abrangente referente aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		2015		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício		386.295	(50.192)	336.103
Outros resultados abrangentes				
Ganhos e perdas atuariais líquidos	(e)	(26.644)	(8.789)	(35.433)
Tributos diferidos sobre ajustes atuariais	(b)	9.059	2.990	12.049
		(17.585)	(5.799)	(23.384)
Resultado abrangente do exercício		368.710	(55.991)	312.719

		2016		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício		304.055	(44.378)	259.677
Outros resultados abrangentes				
Ganhos e perdas atuariais líquidos	(e)	(200.131)	110.425	(89.706)
Tributos diferidos sobre ajustes atuariais	(b)	68.045	(37.544)	30.501
		(132.086)	72.881	(59.205)
Resultado abrangente do exercício		171.969	28.503	200.472

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

2.7.4 Demonstração das mutações dos patrimônios líquidos dos exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Reservas de capital				Reservas de Lucros							Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (originalmente apresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	855.658	108.433	875.222	27.793	2.357	(40.283)	-	3.069.392
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.321)	26.379	(24.942)
Efeito dos ajustes realizados no lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.192)	(50.192)
Efeitos dos ajustes da reversão de dividendos/JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	(2)	2
Ganhos e perdas atuariais líquidos (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.799)	-	(5.799)
Destinações do lucro:												
Efeito dos ajustes realizados no cálculo do incentivo fiscal Sudene	-	-	-	-	(4.980)	-	-	-	-	-	4.980	-
Efeito dos ajustes realizados na destinação das reservas de lucro	-	-	-	-	-	-	(18.835)	(1)	-	-	18.835	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	850.678	108.433	856.387	27.792	2.361	(97.403)	-	2.988.461

	Capital social	Reservas de capital			Reservas de Lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (originalmente apresentado)	709.872	18.569	339.052	340.429	861.910	108.433	802.241	(172.370)	-	3.008.136
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura	-	-	-	-	-	-	-	(57.119)	(23.812)	(80.931)
Efeito dos ajustes realizados no lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.378)	(44.378)
Ganhos e perdas atuariais líquidos (e)	-	-	-	-	-	-	-	72.881	-	72.881
Destinações do lucro:										
Efeito dos ajustes realizados no cálculo do incentivo fiscal Sudene	-	-	-	-	(4.980)	-	-	-	4.980	-
Efeito dos ajustes realizados na destinação das reservas de lucro	-	-	-	-	-	-	(63.210)	-	63.210	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	709.872	18.569	339.052	340.429	856.930	108.433	739.031	(156.608)	-	2.955.708

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

2.7.5 Demonstração do fluxo de caixa referente ao exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		2015		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Caixa oriundo das atividades operacionais	(g)/(k)	1.200.590	(50.913)	1.149.677
Utilização de caixa em atividades de investimento	(g)/(k)	(910.173)	(687.870)	(1.598.043)
Geração de caixa em atividades de financiamento		462.656	-	462.656
Variação de Caixa, líquida		753.073	(738.783)	14.290

		2016		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Caixa oriundo das atividades operacionais	(g)/(k)	261.026	(46.490)	214.536
Utilização de caixa em atividades de investimento	(g)/(k)	(1.181.815)	752.520	(429.295)
Geração de caixa em atividades de financiamento		229.185	-	229.185
Variação de Caixa, líquida		(691.604)	706.030	14.426

2.7.6 Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		2015		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Valor adicionado líquido	(c)/(d)/(f)/(g)	4.095.954	(61.979)	4.033.975
Receita financeira		2.732.263	-	2.732.263
Valor adicionado total a distribuir		6.828.217	(61.979)	6.766.238
Pessoal	(e)	284.848	10.620	295.468
Impostos, Taxas e Contribuições	(b)	3.089.282	(20.108)	3.069.174
Remuneração de Capitais de Terceiros	(d)/(f)/(g)	3.067.792	(2.299)	3.065.493
Remuneração da Capitais Próprios	(j)	386.295	(50.192)	336.103
Valor adicionado total distribuído		6.828.217	(61.979)	6.766.238

		2016		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Valor adicionado líquido	(c)/(h)/(g)	4.210.663	(47.807)	4.162.856
Receita financeira		2.084.965	(9.935)	2.075.030
Valor adicionado total a distribuir		6.295.628	(57.742)	6.237.886
Pessoal		333.701	-	333.701
Impostos, Taxas e Contribuições	(b)	3.131.356	(28.297)	3.103.059
Remuneração de Capitais de Terceiros	(e)/(g)	2.526.516	14.933	2.541.449
Remuneração da Capitais Próprios	(j)	304.055	(44.378)	259.677
Valor adicionado total distribuído		6.295.628	(57.742)	6.237.886

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

- (a) Apresentação e melhor demonstração dos valores de Instrumentos Financeiros Derivativos (swap), segregados dos valores de empréstimos e financiamentos objetos de hedge.
- (b) Efeitos tributários decorrentes dos ajustes efetuados.
- (c) Registro do complemento (estorno) da atualização do valor justo do ativo financeiro indenizável, nos montantes de R\$ 10.584 e R\$ 29.663 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.
- (d) Recálculo dos encargos setoriais em função da alteração da receita operacional líquida.
- (e) Efeito do ajuste do passivo atuarial realizado em 31 de dezembro de 2015 pela correção de premissas utilizadas nos cálculos das obrigações atuariais do plano de assistência médica patrocinado pela Companhia para seus empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.
- (f) Reclassificação da receita de multa por inadimplência do consumidor e da perda relativa a créditos de liquidação duvidosa sobre essa receita, da receita líquida e despesa financeira, para o custo do serviço e despesa com vendas no montante de R\$ 62.240.
- (g) Outras reclassificações entre contas para fins de melhor apresentação.
- (h) Complemento de provisão para contingências cíveis nos montantes de R\$ 21.646 e R\$ 2.644 em 31 de dezembro de 2015 e 2016, respectivamente.
- (i) Baixas de projetos descontinuados mas que estavam pendentes de encerramentos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, nos montantes de R\$ 16.924 e R\$ 14.966, respectivamente.
- (j) Efeito total de todos os ajustes realizados no resultado do exercício.
- (k) Reclassificação de títulos e valores mobiliários originalmente classificados como caixa e equivalentes de caixa.

3. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

3.1 Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

A natureza e o impacto, se algum, de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações (Vigência a partir de 01/01/2016)	A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza desta taxa e o acordo em comparação à orientação sobre envolvimento contínuo na IFRS 7, a fim de avaliar se a evidênciação é exigida. A avaliação de quais contratos de serviços constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, a evidênciação exigida não precisa ser fornecida para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações. Estas alterações não geraram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Iniciativa de divulgação). (Vigência a partir de 01/01/2016)	As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras. Estas alterações não geraram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016)	A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não foi alterado o método para amortização dos ativos não circulantes.
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente porém não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que esta já utilizava taxas de títulos públicos com base na moeda em que é denominada a sua obrigação.

3.2 Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foram adotados antecipadamente:

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	Substituir todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	Estabelecer os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Pronunciamento	Objetivo
	ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.
IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.
IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas normas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor, se aplicável.

Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas acima.

4. Assuntos regulatórios

Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547/2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Atualmente existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

Em 2015, vigorou a bandeira vermelha – patamar 1 nos meses de janeiro e fevereiro e patamar 2 a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha – patamar 2 em janeiro, vermelha – patamar 1 em fevereiro, amarela em março e novembro, verde de abril a outubro e em dezembro.

Em 2016 a Companhia faturou o montante de R\$ 168.930 (R\$ 736.041 em 2015) de bandeira tarifária, sendo que deste montante R\$ 20.792 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT (R\$ 61.009 em 2015), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica -CCEE.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, e a crescente migração de consumidores potencialmente livres para o ACL, em decorrência dos baixos preços praticados no mercado livre, vem contribuindo para que as empresas apresentem um cenário de sobrecontratação de energia, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através da ABRADEE, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em 19 de abril de 2016 a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 711, revogando a Resolução Normativa nº 508/2012, e definindo mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia, por meio de acordos bilaterais, que podem vir a alterar as condições inicialmente pactuadas nos Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada – CCEARs, nas seguintes modalidades: a) redução temporária total ou parcial da energia contratada; b) redução parcial permanente da energia contratada; e c) rescisão contratual. A Companhia vem realizando acordos bilaterais nos termos desta Resolução com o propósito de diminuir eventuais impactos de sobrecontratação. Os efeitos dos acordos realizados até 31 de dezembro de 2016 não são considerados significativos.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Em 21 de junho de 2016, a Resolução Normativa ANEEL nº 726, alterou a regulamentação vigente, permitindo a redução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão. Na mesma data, a Resolução Normativa nº 727 alterou a Resolução Normativa Nº 693/2015, que estabelece os critérios para aplicação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia - MCS D proveniente de novos empreendimentos de geração, possibilitando que caso os montantes declarados pelas distribuidoras resulte em excedente de sobras será aberta aos geradores vendedores dos contratos a possibilidade de ofertar a redução dos montantes vendidos. Após a implementação desta última alteração, vem sendo possível enquadrar a sobrecontratação para o ano de 2017 em níveis adequados, ou seja, dentro do limite de 5% que assegura o repasse desta às tarifas dos consumidores.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, foi emitido o Decreto nº 8.828/16 que elimina o limite de recontração do montante de reposição dos contratos de energia existentes que estão a expirar sem ônus e penalidades para as distribuidoras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia fez uso dos mecanismos até então disponíveis para gerenciar a sobrecontratação.

Decreto nº 8.221/14

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 32.191 por mês, que está sendo repassado à CCEE desde abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. Em 2016, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 381.010 (R\$ 273.868, em 2015).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.066 de 19 de abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 16,07%, dos quais 12,18% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 3,89% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 10,72%, sendo de 10,64%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 10,76%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

As novas tarifas entraram em vigor a partir de 22 de abril de 2016 com vigência até 21 de abril de 2017.

5. Caixa e equivalentes de caixa

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	(a)		
Caixa e depósitos bancários à vista		52.199	58.908
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		23.332	2.197
Total de caixa e equivalentes de caixa		<u>75.531</u>	<u>61.105</u>
Títulos e valores mobiliários	(b)		
Certificado de depósito bancário (CDB)		3.986	1.455
Letras financeiras do tesouro (LFT)		-	84.434
Fundos de investimento		207.408	817.669
Total de títulos e valores mobiliários		<u>211.394</u>	<u>903.558</u>
Circulante		195.119	899.928
Não circulante		16.275	3.630

(a) Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

(b) Títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, (ii) fundos de investimentos e (iii) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação.

Agente Financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	106.717	635.016
Banco Itaú	CDB/DI	jul-17	CDI	100.802	-
Banco Nordeste do Brasil	LFT	mar-18	CDI	-	84.434
Bradesco	Fundo Recife	(*)	CDI	-	172.458
Caixa Econômica Federal	CDB	diversos	CDI	3.865	1.455
Santander	CDI	(*)	CDI	10	10.195
Total				211.394	903.558
Circulante				195.119	899.928
Não circulante				16.275	3.630

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

6. Contas a receber de clientes e outros

	Ref.	2016	2015
Consumidores	(a)	1.396.704	1.437.788
Terceiros		1.396.509	1.437.704
Partes relacionadas		195	84
Comercialização de energia na CCEE	(b)	83.425	14.830
Disponibilização sistema de distribuição		34.384	21.453
Terceiros		33.688	20.694
Partes relacionadas		696	759
Serviços taxados e administrativos		8.338	7.457
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	131.938	133.039
Outros créditos de terceiros		49.882	48.859
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(383.144)	(345.314)
Total		1.321.527	1.318.112
Circulante		1.280.687	1.284.801
Não circulante		40.840	33.311

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

(a) Consumidores

	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	2016	2015	2016	2015
Setor privado							
Residencial	168.413	179.769	241.119	589.301	572.961	(231.084)	(214.571)
Industrial	81.439	9.757	22.760	113.956	131.537	(16.644)	(12.973)
Comercial	143.983	43.375	63.701	251.059	255.741	(53.036)	(42.992)
Rural	39.931	18.806	32.263	91.000	93.547	(22.867)	(18.610)
	433.766	251.707	359.843	1.045.316	1.053.786	(323.631)	(289.146)
Setor público							
Federal	6.228	671	958	7.857	12.842	(895)	(1.673)
Estadual	11.134	5.135	1.072	17.341	18.823	(697)	(589)
Municipal	14.935	8.697	2.991	26.623	25.115	(1.788)	(1.028)
	32.297	14.503	5.021	51.821	56.780	(3.380)	(3.290)
Iluminação pública	25.521	11.447	11.908	48.876	45.795	(3.172)	(2.015)
Serviço público	34.646	9.387	10.309	54.342	39.829	(4.792)	(2.263)
Fornecimento não faturado	196.349	-	-	196.349	241.598	-	-
Total	722.579	287.044	387.081	1.396.704	1.437.788	(334.975)	(296.714)
Circulante				1.377.342	1.412.503	(334.975)	(296.714)
Não circulante				19.362	25.285	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos, com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo, R\$ 14.829 (R\$ 14.829 em 2015), compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(c) Subvenções

(c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 43.722 e refere-se aos meses de novembro e dezembro de 2016 (R\$ 37.266 em 31 de dezembro de 2015).

(c.2) CDE:

Em 19 de abril de 2016, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.066/2016 aprovando o valor mensal de R\$ 27.939 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2016 a março de 2017.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 74.867 (R\$ 95.773 em 31 de dezembro de 2015).

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa “PCLD”

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela ANEEL, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

	Consumidores	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	(280.977)	(14.829)	(39.860)	(335.666)
Adições	(109.348)	-	(2.584)	(111.932)
Reversões	30.378	-	8.673	39.051
Baixados a reserva	63.233	-	-	63.233
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(296.714)	(14.829)	(33.771)	(345.314)
Adições	(175.321)	-	(6.914)	(182.235)
Reversões	82.640	-	7.345	89.985
Baixados a reserva	54.420	-	-	54.420
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(334.975)	(14.829)	(33.340)	(383.144)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

7. Impostos e contribuições a recuperar

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante			
Imposto de renda – IR	(a)	48.327	21.037
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	(a)	19.265	7.849
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(b)	55.646	55.613
Programa de integração social – PIS	(c)	11.774	7.801
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	(c)	54.409	32.764
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS		1.644	2.142
		191.065	127.206
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	71.567	52.335
Recuperação fiscal - REFIS		2.413	2.413
		73.980	54.748
Total		265.045	181.954

- (a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos exercícios corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC.
- (b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 127.213 (R\$ 107.948 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional.
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo, no montante de R\$ 66.183 (R\$ 40.565 em 31 de dezembro de 2015).

8. Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

		2016						
		Circulante		Não Circulante				
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total Líquido
		(
Parcela "A"								
		-	(20.398)	(20.398)	-	-	-	(20.398)
CVA e Neutralidade								
		165.854	-	165.854	15.094	-	15.094	180.948
		15.093	(73.090)	(57.997)	-	(24.363)	(24.363)	(82.360)
		-	(20.488)	(20.488)	-	(4.777)	(4.777)	(25.265)
	(a)	71.537	(80.475)	(8.938)	23.846	-	23.846	14.908
		27.377	(16.078)	11.299	15.851	(357)	15.494	26.793
Itens Financeiros								
		88	-	88	-	-	-	88
	(b)	649	(13.788)	(13.139)	-	-	-	(13.139)
		9.914	(4.091)	5.823	230	(7)	223	6.406
		290.512	(228.408)	62.104	55.021	(29.504)	25.517	87.621

		2015						
		Circulante		Não Circulante				
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total Líquido
Parcela "A"								
Revisão Tarifária	-	(25.723)	(25.723)	-	-	-	(25.723)	
CVA e Neutralidade								
Energia	196.876	-	196.876	107.224	-	107.224	304.100	
Encargo de Serviço								
Sistema - ESS	33.555	(59.878)	(26.323)	11.185	-	11.185	(15.138)	
Neutralidade dos encargos setoriais	-	(12.702)	(12.702)	-	(3.177)	(3.177)	(15.879)	
Repasse de Sobrecontratação	((a)	-	(149.541)	(149.541)	-	(20.766)	(20.766)	(170.307)
Outras CVA's	65.881	(195)	65.686	15.461	-	15.461	81.147	
Itens Financeiros								
Energia Eletronuclear	4.961	-	4.961	-	-	-	4.961	
Exposição Financeira	14.443	-	14.443	2.494	-	2.494	16.937	
Outros itens financeiros	757	(2.975)	(2.218)	184	-	184	(2.034)	
		316.473	(251.014)	65.459	136.548	(23.943)	112.605	178.064

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

(a) Repasse de Sobrecontratação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou uma sobrecontratação de energia de 5,43%, e reconheceu um ajuste financeiro ativo atualizado de R\$ 5.269, de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, a um PLD médio de R\$ 142,52/MWh. Vale destacar que, como a apuração da sobrecontratação superou o limite dos 5%, a Companhia registrou um componente financeiro ativo atualizado no valor de R\$ 694, associado ao excedente de sobrecontratação sem direito a repasse, em conformidade com a metodologia estabelecida pela ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia mantém um componente financeiro de sobrecontratação ativo total atualizado de R\$ 14.908 que contempla além da constituição do repasse do exercício corrente, o repasse da sobrecontratação do exercício 2015, reconhecido no reajuste tarifário de 2016 em fase de amortização.

(b) Reversão RTE 2015

No reajuste de 2016, a ANEEL reconheceu, de forma destacada, como componente financeiro, os efeitos da cobertura proporcionada pela RTE - Revisão Tarifária Extraordinária 2015, homologada pela Resolução Homologatória nº 1.858/15, relativos à CDE e Compra de Energia, os quais estavam sendo contabilizados anteriormente nas respectivas CVA CDE e CVA Compra de Energia.

No processo de reajuste tarifário anual da Companhia foi considerado um passivo de R\$ 44.503, devidamente atualizado pela SELIC, referente à receita faturada para o período de 2 de março a 21 de abril de 2015, o qual foi deduzido do saldo das respectivas CVAs.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Saldos iniciais	178.064	480.364
Constituição	116.950	(137.023)
Amortização	(229.632)	(224.650)
Remuneração financeira setorial	22.239	59.373
Saldos finais	87.621	178.064

9. Impostos e contribuições diferidos

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social	(a)	
Diferido ativo	379.327	296.565
Diferido passivo	(217.556)	(158.879)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	
	124.077	140.097
Total	285.848	277.783

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

(a) Imposto de renda e Contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, e a CSLL está constituída à alíquota de 9%.

	Ativo			
	2016		2015	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	25.385	6.346	-	-
Diferenças temporárias	450.335	112.584	404.613	101.212
Contribuição Social				
Base negativa	25.230	2.271	-	-
Diferenças temporárias	450.775	40.570	405.254	36.474
Total		161.771		137.686

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	2016		2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	54.913	54.913	58.607	58.607
Provisão para passivo atuarial	567.195	567.195	451.382	451.382
Provisão contingências	308.410	308.410	264.296	264.296
Receita de ultrapassagem	152.299	152.299	108.436	108.436
Outros	120.752	120.396	83.017	83.017
Total Ativo	1.203.569	1.203.213	965.738	965.738
Passivo (-)				
Valor justo do ativo indenizável	(619.714)	(619.073)	(474.556)	(473.915)
Capitalização/ (amortização) de juros de acordo com o IFRS	(85.638)	(85.638)	(67.458)	(67.458)
Outros	(22.497)	(22.497)	(19.111)	(19.111)
Total Passivo	(727.849)	(727.208)	(561.125)	(560.484)
Total Líquido	475.720	476.005	404.613	405.254

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2016 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de novembro de 2016, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que, a mesma, opera conforme Instrução CVM 371/02.

A expectativa de realização de tributos diferidos ativos está demonstrada a seguir:

<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>Total</u>
9.706	24.266	42.060	42.060	43.679	161.771

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	272.483	272.483	443.746	443.746
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(16.019)	(16.019)	(16.639)	(16.639)
Juros Sobre Capital Próprio	(216.574)	(216.574)	(38.635)	(38.635)
Base de cálculo	39.890	39.890	388.472	388.472
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	9.973	3.590	97.118	34.962
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	14	-	15
Contribuições e doações	11	4	47	17
Multas indedutíveis	589	212	1.135	409
Depreciação veículos executivos	92	33	45	16
Outras adições	807	290	1.890	641
	<u>1.499</u>	<u>553</u>	<u>3.117</u>	<u>1.098</u>
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(7.773)	(2.798)	(8.075)	(2.907)
Incentivo fiscal Sudene	(6.252)	-	(34.802)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	-	-	(2.046)	-
Outras exclusões	(1.449)	(556)	(1.882)	(671)
	<u>(15.474)</u>	<u>(3.354)</u>	<u>(46.805)</u>	<u>(3.578)</u>
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(4.002)	789	53.430	32.482
Baixa de diferido sobre diferença temporária de RTT	-	-	5.092	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(4.002)</u>	<u>789</u>	<u>58.522</u>	<u>32.482</u>

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	2016		2015	
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Corrente	(8.709)	(921)	31.824	24.704
Recolhidos e Pagos	21.411	12.307	14.928	23.904
A pagar	-	-	4.328	-
Compensados e deduzidos	7.524	3.045	12.568	2.011
Impostos antecipados a recuperar	(37.644)	(16.273)	-	(1.211)
Diferido	4.707	1.710	26.698	7.778
Imposto de renda e contribuição social exercício	(4.002)	789	58.522	32.482

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado.

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes, cujos saldos são como segue:

Benefício fiscal	383.135
Amortização acumulada	(714.818)
Reversão acumulada	471.780
Saldos em 31 de dezembro de 2015	140.097
Amortização	(47.113)
Reversão	31.093
Saldos em 31 de dezembro de 2016	124.077

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2017	0,04010	2021	0,03280	2025	0,02680
2018	0,03790	2022	0,03130	2026	0,02540
2019	0,03680	2023	0,02970		
2020	0,03480	2024	0,02820		

10. Concessão de serviço público

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

10.1 Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão. Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Saldos iniciais em 01 de janeiro		2.544.115	2.058.519
Baixas		(2.956)	(1.422)
Transferências	(a)	456.809	235.734
Reversão	(b)	-	27.384
Atualização monetária / valor justo		145.730	223.900
Saldos finais em 31 de dezembro		3.143.698	2.544.115

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

(b) Devolução de obrigação especial oriunda do Programa Luz para Todos no total de R\$ 52.729, tendo sido R\$ 25.345 revertidos do ativo intangível e R\$ 27.384 do ativo financeiro.

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota 19). A realização do WACC sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado do exercício.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

10.2 Intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Em 2016, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 79.103 (R\$ 52.720 em 2015) tendo sido a taxa média mensal de capitalização de 0,98%.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	2016 Valor líquido (Reapresentado)	2015 Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,78	9.022.735	(4.486.236)	(1.502.531)	3.033.968	2.915.402
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.273.121	-	(304.494)	968.627	829.596
Total		10.295.856	(4.486.236)	(1.807.025)	4.002.595	3.744.998

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor Líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2015	8.190.176	(3.692.447)	(1.548.572)	2.949.157	914.084	(280.124)	633.960	3.583.117
Adições	-	-	-	-	967.971	(247.724)	720.247	720.247
Baixas	(56.392)	46.422	-	(9.970)	(35.196)	-	(35.196)	(45.166)
Amortizações	-	(435.378)	104.751	(330.627)	-	-	-	(330.627)
Transferências - Intangíveis	326.816	-	(74.938)	251.878	(326.816)	74.938	(251.878)	-
Transferências - Ativos financeiros	(235)	-	-	(235)	(319.324)	83.825	(235.499)	(235.734)
Transferências – Outros	11.902	61	25.414	55.190	7.924	(9.962)	2.038	53.161
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.490.089	(4.081.342)	(1.493.345)	2.915.402	1.208.643	(379.047)	829.596	3.744.998
Adições	-	-	-	-	1.265.398	(181.530)	1.083.868	1.083.868
Baixas	(77.944)	58.182	-	(19.762)	(23.156)	-	(23.156)	(42.918)
Amortizações	-	(463.267)	112.236	(351.031)	-	-	-	(351.031)
Transferências - Intangíveis	610.584	-	(121.422)	489.162	(610.584)	121.422	(489.162)	-
Transferências - Ativos financeiros	(a) 6	-	-	6	(619.822)	163.007	(456.815)	(456.809)
Transferências – Outros	(b) -	191	-	191	52.642	(28.346)	24.296	24.487
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	9.022.735	(4.486.238)	(1.502.529)	3.033.968	1.273.121	(304.494)	968.627	4.002.595

(a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

(b) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

11. Fornecedores

	2016	2015
Energia elétrica:	491.118	554.802
Terceiros	408.862	486.525
Partes relacionadas	82.256	68.277
Encargos de uso da rede	40.258	19.690
Terceiros	38.242	17.968
Partes relacionadas	2.016	1.722
Materiais e serviços	287.576	485.589
Terceiros	287.207	485.149
Partes relacionadas	1.369	440
Energia livre	40.955	36.398
Total	859.907	1.096.479
Circulante	818.953	1.060.081
Não circulante	40.954	36.398

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos

	Ref:	2016	2015 (Reapresentado)
<u>Empréstimos e financiamentos</u>			
Moeda nacional	12.1	1.777.770	2.354.841
Circulante		402.403	869.532
Não Circulante		1.375.367	1.485.309
Custos de transação – moeda nacional		(8.512)	(7.879)
Moeda Estrangeira		2.594.913	2.878.756
Circulante		954.173	5.980
Não Circulante		1.640.740	2.872.776
(-) Depósitos em Garantia		(31.345)	(47.035)
Circulante		-	-
Não Circulante		(31.345)	(47.035)
Total Empréstimos e Financiamentos		4.341.338	5.186.562
Circulante		1.356.575	875.512
Não Circulante		2.984.763	4.311.050
<u>Debêntures</u>			
12.2			
Total Debêntures		652.728	-
Circulante		11.246	-
Não Circulante		641.482	-
Custos de transação - Debêntures		(7.270)	-
<u>Instrumentos Financeiros Derivativos</u>			
Ativo		(596.338)	(996.899)
Passivo		50.812	26.132
Total Instrumentos Financeiros Derivativos		(545.526)	(970.767)
<u>Instrumentos financeiros derivativos ativo</u>			
Circulante		(248.803)	-
Não Circulante		(347.535)	(996.899)
<u>Instrumentos financeiros derivativos passivo</u>			
Circulante		23.320	26.132
Não Circulante		27.492	-
Endividamento financeiro líquido total		4.448.540	4.215.795
Circulante		1.142.338	901.644
Não Circulante		3.306.202	3.314.151

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

12.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2015 (reapresentado)	353.748	1.854.636	(30.522)	1.429.665	3.607.527
Ingressos	-	445.842	-	449.794	895.636
Encargos	202.804	-	54.562	-	257.366
Variação monetária e cambial	923	8.114	12.523	890.513	912.073
Swap	-	-	156.365	(868.248)	(711.883)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(1.510)	(25.847)	(27.357)
Transferências	864.883	(864.883)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(550.474)	-	(159.306)	-	(709.780)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(5.101)	-	-	(5.101)
(-) Custos de transação	(2.352)	(334)	-	-	(2.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	869.532	1.438.274	32.112	1.875.877	4.215.795
Ingressos	180.320	124.334	37.500	100.000	442.154
Encargos	172.047	-	59.799	-	231.846
Variação monetária e cambial	3.424	30.124	(19.151)	(478.039)	(463.642)
Swap	-	-	(53.758)	749.011	695.253
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	-	(1.051)	(1.051)
Transferências	261.410	(261.410)	929.136	(929.136)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(1.087.817)	(2.989)	(257.756)	-	(1.348.562)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	15.690	-	-	15.690
(-) Custos de transação	3.486	-	-	-	3.486
Saldos em 31 de dezembro de 2016	402.402	1.344.023	727.882	1.316.662	3.790.969

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício:

Financiadores	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado (R\$)
BANCO SAFRA	2016	110,00% do CDI	150.000
BANCO DO BRASIL	2017	15,34% a.a	27.961
BANCO ABC	2017	120,00% do CDI	20.000
ITAÚ	2017 a 2020	USD + 1,73% a USD 4,6495%	117.500
BNDES	2023	TJLP + 1,59% a TJLP 2,09%	111.534
CEF	2026	6,00% a.a.	15.159
			442.154

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	2016			2015		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2017	-	-	-	212.281	-	212.281
						(Reapresentado)
2018	1.527.783	(2.701)	1.525.082	2.144.210	(950)	2.143.260
2019	310.541	(1.240)	309.301	31.011	(63)	30.948
2020	404.012	(1.236)	402.776	19.030	(26)	19.004
2021	261.801	(651)	261.150	412.179	(3.255)	408.924
2022	106.900	(52)	106.848	12.255	(127)	12.128
Após 2022	86.926	(53)	86.873	535.051	(410)	534.641
Total obrigações	2.697.963	(5.933)	2.692.030	3.366.017	(4.831)	3.361.186
(-) Depósitos em garantia			(31.345)			(47.035)
Total			2.660.685			3.314.151

As condições contratuais dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor do principal	Saldo em 31/12/16
Banco ABC	Dolar	Capital de Giro	3,0100%	2017	Fiança Bancária	20.000	20.023
Banco do Brasil	Real	Capital de Giro	108,00% a 116,00% do CDI	2018 a 2021	Clean	400.000	399.638
Banco do Nordeste	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	10,0000%	2018	Aval da Neoenergia / Recebíveis / Fundo Liquidez	284.132	51.809
Bank of América	Dolar	Capital de Giro	Libor + 1,7000%	2018	Clean	439.032	440.328
BNDES	Real	Investimentos	3,0000% a 6,0000% / TJLP + 1,5900% a TJLP + 2,8200% / SELIC + 2,0900%	2017 a 2024	Aval da Neoenergia	2.268.193	1.114.752
BNP Paribas	Dolar / Euro	Capital de Giro	1,6350% / Libor + 1,5000%	2018	Clean	298.353	320.840
Caixa Econômica Federal	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	6,0000%	2026	Aval da Neoenergia / Recebíveis	75.790	72.398
Citibank	Dolar	Capital de Giro	Libor + 0,9700% a Libor + 1,8000%	2018	Clean	322.540	328.403
Eletrobrás	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	5,0000%	2017 a 2024	Nota Promissória / Recebíveis	295.500	82.199
Finep	Real	Pesquisa e Desenvolvim.	5,0000%	2018 a 2019	Aval da Neoenergia	99.731	25.629
Itaú	Dolar	Capital de Giro	1,7300% a 4,6495%	2017 a 2020	Clean	317.500	319.434
JP Morgan	Dolar	Capital de Giro	2,9400% a.a.	2018	Clean	58.065	58.352
Mizuho	Dolar	Capital de Giro	Libor + 1,4000% a Libor + 1,5000%	2018	Clean	220.901	239.389
Sumitomo	Dolar	Capital de Giro	Libor + 1,5000%	2018	Clean	101.150	113.327
Tokyo-Mitsubishi	Dolar	Capital de Giro	Libor + 0,8000% a Libor + 1,5000%	2018	Clean	193.255	204.448
						6.072.105	4.448.540

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia superou o limite estabelecido para o indicador Dívida Líquida/EBITDA como menor ou igual a 3 dos contratos que possui junto à Eletrobrás. De acordo com estes contratos, caso haja descumprimento do limite, será necessária a anuência para contratação de novas dívidas. A Companhia obteve carta de anuência para captação de empréstimos em valores superiores aos captados no exercício.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atingiu todos os demais índices requeridos contratualmente.

12.2 Debêntures

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros vinculados é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015			
Ingressos	-	650.000	650.000
Encargos	33.723	-	33.723
Variação monetária e cambial	-	253	253
Swap	807	(253)	554
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	4	4
Transferências	(3.670)	3.670	-
Amortizações e pagamentos de juros	(19.712)	(8.157)	(27.869)
(-) Custos de transação	906	-	906
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12.054	645.517	657.571

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício:

Emissão	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
8ª	20/04/2019	121,50% do CDI	250.000
9ª – 1ª Série	15/10/2019	119% do CDI	300.000
9ª – 2ª Série	15/10/2021	IPCA + 6,7548%	100.000
Total			650.000

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2016		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2019	550.000	(1.312)	548.688
2021	100.004	(3.175)	96.829
	650.004	(4.487)	645.517

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

13. Salários e encargos a pagar

		2016	2015
Salários		4.061	9.842
Encargos sociais		12.337	12.761
Provisões férias		25.281	26.470
Encargos sobre provisões de férias		3.948	3.178
Provisão para participação nos lucros e resultados	(a)	19.410	22.327
Outros		150	169
Total		65.187	74.747

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A provisão é efetuada com base na estimativa de realização dos objetivos e refere-se à participação nos lucros e resultados de 2016 com previsão de pagamento em abril de 2017.

14. Taxas regulamentares

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	49.705	57.170
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(b)	1.648	1.528
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	822	764
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	39.760	30.579
Programa de Eficientização Energética – PEE	(b)	12.229	10.062
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		743	678
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	(c)	6.993	24.275
Total		111.900	125.056
Circulante		91.785	99.817
Não circulante		20.115	25.239

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso no valor de R\$ 10.176, para o período de junho a dezembro de 2016, conforme Resolução nº 2.077 de 06/2016, sendo deduzido o valor de R\$ 459, referente às liminares ABRACE/ANACE, previstas no Despacho nº 1.576 de 06/2016; CDE-ENERGIA no valor de R\$ 7.338 conforme Resolução nº 2.018 de 02/2016 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 32.191 conforme Resolução nº 2.004 de 12/2015.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

15. Impostos e contribuições a recolher

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante		
Imposto de renda - IR	354	4.350
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	25	311
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	53.012	80.151
Programa de integração social - PIS	16.895	10.294
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	77.967	47.319
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	4.528	3.736
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.470	1.196
Imposto sobre serviços – ISS	1.505	284
Impostos e contribuições retidos na fonte	13.992	18.334
Outros	2.937	760
	172.685	166.735
Não circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	5.820	4.770
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	72	72
	5.892	4.842
Total	178.577	171.577

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

16. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações.

Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	152.101	107.050	18.216	4.408	281.775
Adição	32.516	63.682	1.295	-	97.493
Reversão	(18.373)	(6.827)	(295)	-	(25.495)
Pagamento	(22.117)	(61.669)	(86)	-	(83.872)
Atualização	21.453	32.592	1.216	727	55.988
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	165.580	134.828	20.346	5.135	325.889
Circulante	22.116	61.669	86	-	83.871
Não circulante	143.464	73.159	20.260	5.135	242.018

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo o pedido de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 614.916 (R\$ 481.628 em 31 de dezembro de 2015) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, acidentes, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.062.180 (R\$ 1.407.399 em 31 de dezembro de 2015) em ações cíveis de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.233.140 (R\$ 925.387 em 31 de dezembro de 2015) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

(i) falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$133.713 (R\$109.422 em 31 de dezembro de 2015); e

(ii) não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 641.174 (R\$ 447.867 em 31 de dezembro de 2015).

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência do ágio quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer o ágio decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Regulatórias

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 98.612 (R\$ 83.538 em 31 de dezembro de 2015) em ações regulatórias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos o processo nº 0030544-34.2013.4.01.3400, que versa sobre anulação da Resolução Normativa da ANEEL nº 387 de 15/12/2009 e do despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26/08/2010 que trata sobre procedimento de coleta dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, realização das suas compensações financeiras e recuperação dos indicadores globais. Este processo está estimado em R\$ 37.876 (R\$ 32.289 em 31 de dezembro de 2015).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhistas	210.700	172.074
Cíveis	106.391	92.784
Fiscais	82.408	73.976
Outros	10.543	8.753
Total	<u>410.042</u>	<u>347.587</u>

17. Outros passivos

	<u>Ref</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Consumidores	(a)	65.776	64.654
Contribuição serviço de iluminação pública - COSIP	(b)	12.680	3.696
Caução em garantia	(c)	176.916	153.595
Adiantamentos recebidos	(d)	11.973	31.800
Outras		29.692	29.733
		<u>297.037</u>	<u>283.478</u>
Circulante		254.026	257.535
Não circulante		43.011	25.943

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) COSIP – Corresponde a valores arrecadados de iluminação pública, a serem repassados às Prefeituras.

(c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(d) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido

Capital social

Em 25 de abril de 2016 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou aumento de capital no valor correspondente ao excesso das reservas de lucros em relação ao capital social no montante de R\$ 167.709, em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76).

O Capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço passou de R\$ 542.163 para R\$ 709.872.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (em unidades)						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	103.719.991	94,9	18.257.737	93,4	59.315.266	100,0	181.292.994	96,3
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,0	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.725	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.144	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$							Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais						
	Única	%	A	%	B	%			
Neoenergia S.A .	391.269	94,9	68.875	93,4	223.758	100,0	683.902	96,3	
Previ	12.516	3,0	3.751	5,0	-	0,0	16.267	2,3	
Outros	8.551	2,1	1.152	1,6	-	0,0	9.703	1,4	
Total	412.336	100,0	73.778	100,0	223.758	100,0	709.872	100,0	

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Reserva no montante de R\$ 339.052 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 31 de dezembro de 2016, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 44.083 e a disponível para capitalização é de R\$ 214.973 (R\$ 198.955 em 31 de dezembro de 2015).

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada. O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2020, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$ 6.252 (R\$ 34.802 em 31 de dezembro 2015) de incentivo fiscal SUDENE.

b) Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir desde 2008 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

c) Reserva de Retenção de Lucros

A Administração da Companhia aprovou “ad referendum” à Assembleia dos Acionistas a constituição de reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 50.354, decorrente da transferência de saldo de reservas de lucros a realizar, outras reservas de lucros e resultado do exercício nos montantes de R\$ 27.792, R\$ 2.361 e R\$ 20.200, respectivamente.

Conforme divulgado na nota 28, em 22 de fevereiro de 2017, a reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 340.429, dentro do limite do capital social autorizado, para eliminação do excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76).

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2016					
RCA de 15 de dezembro 2016 retificada pela RCA de 12 de janeiro 2017	Dividendos- 2016	16.650	0,0857766	0,0857766	0,0943543
RCA de 15 de dezembro 2016 retificada pela RCA de 12 de janeiro 2017	JSCP-2016	99.962	0,5149830	0,5149830	0,5664813
RCA de 01 de agosto 2016	JSCP-2016	116.613	0,6007597	0,6007597	0,6608357
AGE de 25 de abril 2016	JSCP-2015	6.635	0,0341833	0,0341833	0,0376016
		239.860			
2015					
RCA de 19 de junho 2015	JSCP-2015 Dividendos	38.636	0,1990406	0,1990406	0,2189447
RCA de 19 de junho 2015	Intermediários - 2015	41.565	0,2141330	0,2141330	0,2355463
		80.201			

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado (*)

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício reapresentado	259.677	336.103
Ajustes (nota 2.6)	44.378	50.192
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado	304.055	386.295
Incentivo fiscal SUDENE originalmente apurado	(6.252)	(38.650)
Amortização do ágio incorporado	16.019	16.639
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(47.111)	(48.938)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	31.092	32.299
Base de cálculo do dividendo	297.803	347.344
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	74.451	86.836

Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:

Dividendos intermediários	16.651	41.566
Juros sobre capital próprio	216.574	38.635
Complemento JSCP	-	6.635
Total Bruto	233.225	86.836
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(**).	(355)	(51)

(*) Os dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram calculados levando-se em consideração o resultado dos referidos exercícios apurados originalmente antes da reapresentação dessas demonstrações financeiras

(**) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2016	2015
		(Reapresentado)
Saldos iniciais em 01 de janeiro	8.543	221.168
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	233.225	80.201
Propostos	-	6.635
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(354)	(51)
Pagos no exercício	(122.959)	(299.257)
Prescritos	-	(153)
Saldos finais em 31 de dezembro	118.455	8.543

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Outros Resultados Abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

19. Receita líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita dos serviços de distribuição de energia elétrica é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fornecimento de energia	(a)	4.764.081	4.732.387
Receita de distribuição		4.287.835	4.254.452
Remuneração financeira WACC		476.246	477.935
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	179.913	404.205
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	4.421.378	4.011.660
Receita de distribuição		4.410.574	4.002.730
Remuneração financeira WACC		10.804	8.930
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(d)	(112.682)	(114.488)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		988.115	633.066
Outras receitas	(e)	252.214	309.133
Total receita bruta		10.493.019	9.975.963
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(3.425.735)	(3.257.885)
Total receita operacional líquida		7.067.284	6.718.078

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

(a) Fornecimento de energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Ref.	MWh (*)		R\$	
	2016	2015	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Consumidores:				
Residencial	6.874.543	6.673.304	3.944.611	3.651.322
Industrial	2.463.359	2.559.564	1.013.096	1.060.123
Comercial	3.402.330	3.331.418	2.041.688	1.958.573
Rural	1.928.263	1.708.844	521.109	503.429
Poder público	712.594	692.705	360.879	343.157
Iluminação pública	1.012.924	988.484	257.388	260.109
Serviço público	940.240	887.907	264.200	262.969
Consumo próprio	16.331	15.765	-	-
Fornecimento não faturado			(21.005)	8.513
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)		(4.218.188)	(3.833.385)
			4.163.778	4.214.810
Subvenção à tarifa social baixa renda			600.303	517.577
Total			4.764.081	4.732.387

(*) Informações não auditadas.

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2016	2015
Receita de Uso - Consumidor livre	203.190	178.275
Receita de Uso - Consumidor Cativo*	4.218.188	3.833.385
	4.421.378	4.011.660

(*) Vide comentários nota (a), acima.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

(d) Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos

	2016	2015
Parcela "A"		
Revisão Tarifária	12.947	25.723
CVA e neutralidade		
Energia	(170.271)	(454.533)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(65.870)	212.991
Neutralidade dos encargos setoriais	(6.357)	(4.594)
Sobrecontratação	203.564	119.859
Outras CVA's	(63.639)	10.640
Itens Financeiros		
Energia Eletronuclear	(4.873)	(15.381)
Exposição Financeira	(16.428)	1.496
Reversão RTE 2015	(7.428)	-
Outros itens financeiros	5.673	(10.689)
Total	(112.682)	(114.488)

(e) Outras Receitas

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Renda da prestação de serviços	34.604	10.278
Arrendamentos e aluguéis	34.080	38.418
Serviço taxado	13.621	13.574
Valor justo ativo indenizável da concessão (*)	145.730	223.900
Comissão serviços de terceiros	18.855	19.057
Outras receitas	5.324	3.906
	252.214	309.133

(*) Conforme mencionado na nota 10, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

(f) Deduções da Receita Bruta

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Impostos e contribuições		
ICMS	(1.853.033)	(1.738.526)
PIS	(158.273)	(144.417)
COFINS	(728.940)	(665.340)
ISS	(8.382)	(7.511)
Encargos Setoriais		
Conta de desenvolvimento energético – CDE (*)	(593.605)	(546.782)
Programa de Eficientização Energética – PEE	(29.650)	(28.493)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(11.846)	(11.398)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(5.923)	(5.698)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(11.845)	(11.398)
Encargos do Consumidor – PROINFA	(13.978)	(10.434)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(1.539)	(80.263)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(8.721)	(7.625)
Total	(3.425.735)	(3.257.885)

(*) Vide nota 14 (a).

20. Custo e despesas operacionais do serviço

20.1 Custo de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$	
	2016	2015	2016	2015
				(Reapresentado)
Energia comprada para revenda				
Energia adquirida de leilão no ambiente regulado – ACR	9.493.688	8.310.747	(1.380.893)	(1.104.610)
Energia adquirida contrato bilateral	4.046.731	4.062.785	(860.552)	(771.433)
Contratos por cotas de garantia física	7.548.338	8.266.777	(471.464)	(265.606)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	656.316	671.995	(131.944)	(111.140)
Energia curto prazo – PLD	92.235	72.221	(17.662)	(250.666)
PROINFA	410.330	398.328	(124.303)	(86.580)
Ressarcimento de energia			11.511	31.027
Créditos de PIS e COFINS			351.755	324.548
Encargos de energia de reserva – EER			(49.712)	(22.473)
Custos Variáveis do MCP			(585.766)	(1.137.800)
	22.247.638	21.782.853	(3.259.030)	(3.394.733)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição				
Encargos de rede básica			(210.515)	(220.108)
Encargos de conexão			(27.829)	(23.315)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(5.014)	(5.127)
Encargo de serviço do sistema - ESS			(160.869)	(270.391)
Encargos de energia de reserva - EER			-	42.344
Créditos de PIS e COFINS			21.399	21.526
			(382.828)	(455.071)
			(3.641.858)	(3.849.804)

(*) Informações não auditadas.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

20.2 Custo de operação e despesas operacionais

		Acumulado				
		2016				2015
Custo / Despesas	Ref	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
					(Reapresentado)	(Reapresentado)
Pessoal	(a)	(205.349)	(88.167)	(121.139)	(414.655)	(366.640)
Administradores		-	-	(7.099)	(7.099)	(7.777)
Benefício pós emprego		-	-	42.129	42.129	38.763
Material		(37.319)	(4.892)	(1.987)	(44.198)	(24.082)
Serviços de terceiros		(470.063)	(132.824)	(101.423)	(704.310)	(585.716)
Indenizações		-	-	(65.433)	(65.433)	(42.607)
Amortização	(b)	(318.666)	-	(23.892)	(342.558)	(323.019)
Arrendamentos e aluguéis		(1.510)	(800)	(5.345)	(7.655)	(6.287)
Tributos		(184)	(39)	(5.358)	(5.581)	(5.779)
Provisões líquidas - PCLD		-	(37.830)	-	(37.830)	(9.746)
Perdas contas a receber		-	(54.420)	-	(54.420)	(65.403)
Provisões líquidas - contingências		-	-	12.797	12.797	(324)
Outros custos e despesas		(45.596)	(5.639)	(18.053)	(69.288)	(60.093)
Total custos / despesas		(1.078.687)	(324.611)	(294.803)	(1.698.101)	(1.458.710)

(a) Custo e despesa de pessoal

	2016	2015
		(Reapresentado)
Remunerações	(181.503)	(153.876)
Encargos sociais	(84.939)	(74.325)
Auxílio alimentação	(24.380)	(18.442)
Previdência privada e outros benefícios	(27.980)	(36.297)
Rescisões	(12.401)	(24.296)
Férias e 13º salário	(42.398)	(42.231)
Plano de saúde	(54.025)	(40.451)
Contencioso trabalhista	(18.353)	(12.517)
Participação nos lucros e resultados	(22.798)	(22.188)
Encerramento de ordem em curso	(2.324)	(1.580)
(-) Transferências para ordens	56.446	59.562
	(414.655)	(366.640)

(b) Amortização

	2016	2015
Quota de amortização no exercício	(351.031)	(330.628)
(-) Amortização transferida para ordens em curso	(181)	(205)
(-) Crédito PIS/COFINS	8.654	7.814
	(342.558)	(323.019)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

(c) Outros custos e despesas

	2016	2015
Seguros	(3.164)	(2.500)
Doações e contribuições	(1.236)	(749)
Recuperação de despesa	9.341	8.580
Órgãos de classe do setor elétrico	(3.236)	(3.293)
Despesas de viagem	(9.651)	(8.029)
Consumo próprio de energia elétrica	(9.666)	(8.344)
Propaganda e publicidade	(4.821)	(4.621)
Alimentação	(1.005)	(550)
Multas regulatórias	(51.670)	(38.049)
Encerramento de ordem	(216)	(103)
Multa recebida por inadimplência	64.830	56.484
Violação de prazo	(1.749)	(1.113)
Perdas / alienação / cancelamento /desativação	(46.975)	(48.318)
Indenização danos elétricos	(3.662)	(3.129)
Estagiário/bolsista	(3.643)	(3.232)
Outros	(2.765)	(3.127)
Total	(69.288)	(60.093)

21. Receitas e despesas financeiras

	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	49.988	75.720
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	42.012	43.377
Variações monetárias e cambiais	1.269.857	1.322.465
Instrumentos financeiros derivativos	633.008	1.193.580
Atualização depósitos judiciais	23.283	21.127
Remuneração financeira setorial	22.239	59.373
(-) PIS e COFINS s/ receita financeira	(8.550)	(6.316)
Outras receitas financeiras	34.643	16.623
	2.066.480	2.725.949
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívida	(202.500)	(222.248)
Variações monetárias e cambiais	(805.421)	(2.197.042)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.328.815)	(481.697)
Obrigações Pós-Emprego	(58.417)	(36.658)
Atualização contingências	(55.988)	(62.318)
Outras despesas financeiras	(82.066)	(58.738)
	(2.533.207)	(3.058.701)
Resultado financeiro líquido	(466.727)	(332.752)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

22. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Por empresa	Ref	Ativo		Passivo		Resultado	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015
CELPE	(b)	519	599	75	153	4.476	4.192
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.1)/ (g)	169	74	36.568	33.158	(418.878)	(386.068)
TERMOVERNAMBUCO S/A	(a.1)	-	-	18.317	18.795	(132.091)	(114.712)
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.2)	-	-	559	481	(4.635)	(4.232)
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.2)	-	-	344	296	(2.856)	(2.607)
RIO PCH I S.A.	(a.2)	-	-	188	162	(1.563)	(1.427)
BAHIA PCH I S.A.	(b)	73	66	-	-	846	775
SE NARANDIBA S.A.	(c)/(d)	-	-	1.037	806	(8.116)	(8.585)
AFLUENTE GERAÇÃO ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.1)/ (b)/(e)	104	94	3.140	2.366	(29.699)	(26.511)
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(c)/(d)/ (g)	26	10	1.657	1.278	(12.701)	(13.461)
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	-	-	2.367	2.037	(19.633)	(17.924)
NC ENERGIA S.A.		-	-	-	-	-	(1.538)
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELES PIRES	(a.2)	-	-	7.871	9.380	(74.277)	(52.182)
POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.		-	-	35	-	(54)	-
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	119	110	(1.337)	(1.220)
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	101	94	(1.138)	(1.043)
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	119	110	(1.337)	(1.220)
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	110	102	(1.240)	(1.132)
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	117	108	(1.317)	(1.202)
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	80	74	(901)	(822)
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	107	99	(1.198)	(1.192)
CAETITÊ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	98	92	(1.107)	(1.010)
CAETITÊ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	99	92	(1.117)	(1.019)
NORTE ENERGIA S.A.	(a.2)	-	-	11.167	-	(44.195)	-
AMARA BRASIL	(f)	-	-	1.077	440	(7.522)	(5.343)
FAELBA	(h)	32.267	25.035	5.187	1.703	(2.788)	813
Controladores							
PREVI - CAIXA DE PREV. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	(n)	-	-	2.591	147	-	-
IBERDROLA ENERGIA S/A.		-	-	173	269	(558)	(447)
BANCO DO BRASIL	(i)/(j)/(k)	108.73	636.321	371.677	386.968	(38.021)	(11.421)
OUTROS MINORITÁRIOS	(l)/(m)	7	-	-	-	-	-
NEOENERGIA S.A.	(m)	-	-	3.388	1.996	-	-
	(e)/(m)	-	-	130.044	23.243	(1.320)	(1.314)
Total		141.895	662.199	598.412	484.559	(804.277)	(651.852)
Circulante		95.998	641.637	220.079	195.547		
Não Circulante		45.897	20.562	378.333	289.012		

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL, com vigência entre 2016 e 2027. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos com vigência entre 2032 e 2040, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), com vigência entre 2020 e 2029, corrigidos anualmente: (i) através do reajuste tarifário ANEEL ou (ii) pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de locação de imóveis, com vigência entre 2017 e 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM. Contratos de cessão de crédito com a Neoenergia em função da compensação do prejuízo fiscal do débito da PGFN e do PRORELIT de débitos com a Receita Federal do Brasil corrigidos mensalmente pelo IGPM pró-rata.

(f) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2018.

(g) Contratos de fornecimento de energia, corrigidos anualmente através do reajuste tarifário ANEEL. Adicionalmente, a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

(h) Contribuições da Companhia para o fundo previdenciário dos funcionários ativos calculados sobre as remunerações mensais, revertida as Reservas Especiais dos Planos de Benefícios autorizados pelos ofícios PREVIC nº 540 de 21/11/2016, nº 583 de 08/03/2016 e nº 410 de 19/02/2015.

(i) Contratos de empréstimo com vigência até 2018, corrigidos mensalmente com base no CDI.

(j) Contrato de arrecadação de tarifas assinados com o Banco do Brasil com vigência até 01/07/2017.

(k) Aplicações financeiras em Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado e Certificado de Depósito Bancário (CDB).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

(l) Contrato de aplicação em Títulos e Valores Mobiliários – BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(m) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.

Adicionalmente, a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

22.1 Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros no Fundo BB Polo 28, fundo este restrito as empresas do Grupo Neoenergia, que tem como objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI e que sejam adequados à política de aplicações de recursos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, parte dos ativos do Fundo BB Polo 28 são representados por debêntures emitidas por empresas do próprio Grupo.

22.2 Remuneração da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 8.308 (R\$ 8.715 em 31 de dezembro de 2015) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os Benefícios de Curto Prazo, os Benefícios de Longo Prazo e as verbas decorrentes das rescisões contratuais.

Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 25 de abril de 2016, aprovou o montante de até R\$ 5.583 de remuneração global anual aos administradores para o exercício de 2016. Observado também o critério de caixa, o valor realizado até dezembro é de R\$ 9.288, dos quais o valor relativo a indenizações por rescisões contratuais representa R\$ 3.814 que, pela natureza indenizatória, em razão de rescisões antecipadas e não previstas, não foram computados no montante da remuneração global anual aprovada pela AGO.

23. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais e de políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia, aprovada pelo Conselho de Administração, e demais normativos.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Dentre as diretrizes previstas na Política e nos demais normativos estão: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira, buscar o financiamento dos investimentos junto a bancos de fomento, alongamento de prazos, evitar concentração de vencimentos e diversificar tanto instrumentos financeiros quanto contrapartes.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado (risco cambial, risco de taxa de juros e de índice de preços, dentre outros), de crédito e de liquidez.

b) Gestão do capital social

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2016, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A política financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações são concentradas em fundos restritos a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 215.858, sendo R\$ 192.526 em fundos restritos e R\$ 23.332 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	4.341.338	5.324.546	1.595.963	2.212.620	410.762	510.942	322.186	272.073
Debêntures	555.976	893.026	80.161	74.557	612.327	7.320	118.661	-
Fornecedores	823.749	823.749	782.795	-	-	-	-	40.954
Passivos financeiro								
Swap cambial e de taxa de juros	(545.526)	(638.809)	(167.726)	(458.021)	8.148	(14.905)	(6.305)	-

e) Gestão de risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundo da principal atividade realizada pela Companhia, de distribuição de energia, existem limitações impostas pelo órgão regulador, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da sua política de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha.

A seguir são apresentados os principais tipos de exposição a crédito da Companhia dada a natureza de seu negócio:

Risco de crédito junto a consumidores

Sua principal exposição de risco de crédito é oriunda da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultante da dificuldade de recebimento de valores faturados aos seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. Neste caso, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas as ações de cobrança realizadas estão em conformidade com a regulamentação regulatória.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

As operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos são realizadas com instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento periódico da exposição com cada contraparte, a qualidade de crédito das mesmas e dos ratings de longo prazo em escala nacional e global publicados pelas agências de avaliação para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2016.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	75.531	61.105
Títulos e valores mobiliários	207.529	902.103
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.704.671	1.663.426
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	87.621	178.064
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	3.865	1.455
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público – Indenização	3.143.698	2.544.115

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

f) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos assim como nenhuma das operações contratada teve custo inicial associado.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge de valor justo, vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentados a seguir:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo	
					Moeda Estrangeira		Moeda Nacional			
					2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contratos de swaps:										
Ativa	Bank of America Merrill Lynch / BNP	22/06/2010		USD 6M LIBOR + 1,50 %a.a.					489.291	172.703
Passiva	Paribas / JP Morgan	26/08/2010	26/12/2018		USD 150.012	USD 150.000	89.069	399.495	(399.912)	(533)
Risco de crédito		10/12/2010		102,60% do CDI					(66)	
		14/05/2014							89.313	172.170
Ativa				114,29% * (USD Libor 3M+0,80% a.a)					161.463	84.614
Passiva	Banco de Tokyo	03/12/2012	14/06/2018		USD 50.042	USD 50.000	58.440	104.005	(104.672)	(550)
Risco de crédito				CDI + 0,60% a.a.					198	-
									56.989	84.064
Ativa		13/11/2012		117,65% * (USD Libor 3M+1,70% a.a)					686.077	369.297
Passiva	Bank of America Merrill Lynch	16/11/2012	14/06/2018							
		19/11/2012	20/12/2018		USD 210.159	USD 209.900	243.292	439.032	(441.798)	(1.850)
Risco de crédito		05/12/2013		CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a. / 106% do CDI					1.320	-
									245.599	367.447
Ativa		22/11/2013	03/12/2018	117,65%*(USD Libor 3M+0,970% a.a) /					416.467	159.932
		27/03/2015	15/03/2018	117,65%*(USD Libor 6M+1,8% a.a)						
Passiva	Banco Citibank			104,5% do CDI	USD 128.392	USD 128.000	90.081	322.540	(328.586)	(4.639)
Risco de crédito				106,9% do CDI					(42)	-
									87.839	155.293
Ativa		03/12/2013	17/12/2018	3,4588% a.a.					80.172	35.438
Passiva	Banco JP Morgan			105% do CDI	USD 24.530	USD 24.500	21.588	58.065	(58.375)	(183)
Risco de crédito									6	-
									21.803	35.255
Ativa		18/12/2014 /	18/12/2017	3,65% a.a. - 2,0353%a.a. - 5,47%a.a.					355.655	77.951
		19/12/2014 /	-							
Passiva	Banco Itaú Unibanco	24/10/2016 /	25/04/2017	111% CDI - 121,90% CDI - 128,30% CDI	USD 107.731	USD 73.127	37.078	200.000	(319.193)	(734)
		29/12/2016	03/01/2020							
Risco de crédito									(311)	-
									36.151	77.217
Ativa		16/01/2015	22/01/2018	1,9235% a.a.					262.630	78.865
Passiva	BNP Paribas			105,2% do CDI	EUR 75.552	EUR 75.000	18.753	226.953	(241.132)	(11.685)
Risco de crédito									(47)	
									21.451	67.180
Ativa	Mizuho / Bank of	28/07/2015	30/07/2018	2,1414882675% a.a.	USD 37.699	USD 37.700	(9.856)	125.701	124.049	18.099

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Passiva Risco de Crédito	America			101,4% do CDI					(132.908)	(5.958)
									(6)	-
									(8.865)	12.141
Ativa		01/09/2016	01/03/2017	3.12% a.a	USD 6.180	USD 0	119	-	20.112	-
Passiva	Banco ABC			120% da CDI					(20.024)	-
									88	-
Ativa		15/10/2016	15/10/2021	IPCA + 6,7548%					96.752	-
Passiva	Debêntures / Goldman Sachs			103,2% do CDI	USD 0	USD 0	(554)	-	(101.590)	-
Risco de crédito									(4)	-
									(4.842)	-
					790.297	748.227	548.010	1.875.791	545.526	970.767

g) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio protegidos pelos mesmos e que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar			3,2591	2.329.424	(52.689)	(65.861)	(79.033)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,2591	2.330.168	59.795	74.743	89.692
Exposição Líquida					7.106	8.882	10.659
Dívida em Euro			3,4354	259.551	(4.244)	(5.305)	(6.365)
Swap Ponta Ativa em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	3,4354	259.885	4.999	6.249	7.498
Exposição Líquida					755	944	1.133

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	13,63%	266.072	8.590	6.688	4.514
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,63%	937.279	(35.162)	(43.381)	(51.399)
Swap – ponta passiva	CDI	Alta do CDI	13,63%	2.148.177	(56.178)	(69.378)	(82.277)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,50%	767.343	(18.492)	(22.089)	(25.686)
Dívida em Selic	SELIC	Alta da SELIC	13,75%	200.958	(8.066)	(9.628)	(11.156)

h) Estimativa a Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016		2015	
	Contábil (Reapresentado)	Valor Justo	Contábil (Reapresentado)	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	1.409.148	1.409.148	1.496.176	1.496.176
Contas a receber de clientes e outros	1.321.527	1.321.527	1.318.112	1.318.112
Valores a Receber da parcela A e outros itens	87.621	87.621	178.064	178.064
Mantidos até o vencimento	3.865	3.865	1.455	1.455
Títulos e valores mobiliários	3.865	3.865	1.455	1.455
Mensurados pelo valor justo por meio do	879.398	879.398	1.960.107	1.960.107
Caixa e equivalentes de caixa	75.531	75.531	61.105	61.105
Títulos e valores mobiliários	207.529	207.529	902.103	902.103
Swap cambial e de taxa de juros	596.338	596.338	996.899	996.899
Disponível para venda	3.143.698	3.143.698	2.544.115	2.544.115
Concessão do Serviço Público - Indenização	3.143.698	3.143.698	2.544.115	2.544.115
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	3.126.150	3.126.150	3.368.126	3.368.126
Fornecedores	823.749	823.749	1.060.321	1.060.321
Empréstimos e financiamentos	1.746.425	1.746.425	2.307.805	2.307.805
Debêntures	555.976	555.976	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do	2.742.477	2.742.477	1.907.990	1.907.990
Empréstimos e financiamentos	2.594.913	2.594.913	2.878.757	2.878.757
Debêntures	96.752	96.752	-	-
Swap cambial e de taxa de juros	50.812	50.812	(970.767)	(970.767)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do swap.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados. A Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos				(Reapresentado)
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	3.143.698	3.143.698
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	75.531	-	-	75.531
Títulos e valores mobiliários	-	207.529	-	207.529
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Swap cambial e de taxa de juros	-	596.338	-	596.338
Passivos				
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos	-	2.594.913	-	2.594.913
Debêntures *		96.752	-	96.752
Outros passivos financeiros				
Swap cambial e de taxa de juros	-	50.812	-	50.812
	<u>75.531</u>	<u>3.546.344</u>	<u>3.143.698</u>	<u>6.765.573</u>

24. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para a compra de energia são como segue:

<u>Vigência</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Após 2022</u>
2018 a 2030	3.765.432	4.059.763	4.474.635	4.945.635	5.448.337	72.098.096

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2016, e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

25. Obrigações com benefícios pós-emprego e outros benefícios

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Previdenciários nº 2, na modalidade BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Planos de Benefícios Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – (Plano CD – FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 – (Plano BD).

O Plano nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos. O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O FAELFLEX ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o FAELFLEX também é escopo de cálculos atuariais.

O Plano nº 2 – BD (benefício definido) é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

As contribuições pagas ou provisionadas para o exercício foram as seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo do Intangível em Curso	(1.663)	(2.271)
Despesas Operacionais	(10.940)	(12.015)
	<u>(12.603)</u>	<u>(14.286)</u>

Plano de Benefício Assistencial

A Companhia mantém um Seguro Coletivo Empresarial de Reembolso de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar e de Assistência Odontológica para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.

As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice.

As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação (INPC).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Deliberação CVM nº 695 – CPC 33 – Benefícios a Empregados

A Deliberação CVM 695/12 de 13 de dezembro de 2012, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes retrospectivamente.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

O parecer atuarial, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FAELBA em 31 de dezembro de 2016 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº. 695, de 13 de dezembro de 2012.

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2016 e 2015 foram:

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós Emprego	
	CD		BD			
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,08%	7,08%	7,08%	7,08%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	N/A	N/A	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98	N/A	N/A

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós Emprego	
	CD		BD			
	2016 AT-2000 Basic	2015 AT-2000 Basic	2016 AT-2000 Basic	2015 AT-2000 Basic	2016 AT-2000 Basic	2015 AT-2000 Basic
Tábua da biométrica de mortalidade geral	N/A	N/A	AT-83 masculina	AT-83 masculina	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos						
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-média	Light-média	Ligh-média	Light-média	Light-média	Light-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	N/A	N/A	100% na data da aposentadoria normal	100% na data da aposentadoria normal	59 anos, conforme experiência COELBA	56 anos, conforme experiência COELBA

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Benefícios de aposentadoria - BD	31.180	30.198	87.242	131.567	280.187
Benefícios de aposentadoria - CD	1.516	1.447	4.104	7.109	14.176
Benefícios de saúde pós-emprego	35.859	38.500	132.926	288.813	496.098

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente, relacionados aos planos previdenciários e assistencial, em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
Benefícios de previdência - CD	(5.149)	(1.668)
Benefícios de previdência - BD	7.332	2.812
Benefícios de saúde pós-emprego	(567.196)	(451.383)
Destinação de reserva especial com reversão de valores ao patrocinador	24.934	22.221
	(540.079)	(428.018)
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de contribuições do empregador revertidas no ano		
Benefícios de previdência - CD	(8)	(129)
Benefícios de previdência - BD	358	734
Benefícios de saúde pós-emprego	(43.884)	(39.300)
	(43.534)	(38.695)
Redimensionamento atuariais reconhecidas no resultado abrangente no exercício		
Benefícios de previdência - CD	(3.473)	688
Benefícios de previdência - BD	4.160	(4.361)
Benefícios de saúde pós-emprego	(90.393)	(31.760)
	(89.706)	(35.433)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós-Emprego	
	CD		BD			
	2016	2015	2016	2015	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Custo do serviço corrente	149	75	(13)	(14)	-	-
Custo juros líquido de contribuições do empregador revertidas no ano	(157)	(204)	371	748	(43.884)	(39.300)
Total incluído no resultado	(8)	(129)	358	734	(43.884)	(39.300)

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Em 31 de dezembro de 2015	(6.100)	(257.234)	(451.383)
Custo do serviço corrente	(824)	(13)	(2.587)
Custo do serviço passado	-	-	3.796
Custo dos juros	(727)	(32.024)	(45.094)
Contribuições dos participantes do plano	(15)	-	-
Benefício pago pelo plano	-	26.774	31.633
Premissas demográficas	-	-	10.266
Premissas financeiras	(573)	(28.170)	22.795
Experiência do plano	(938)	(16.995)	(136.623)
Em 31 de dezembro de 2016	(9.177)	(307.663)	(567.197)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Em 31 de dezembro de 2015	4.432	400.971	-
Receita de juros sobre os ativos do plano	570	50.927	-
Contribuições do empregador	973	-	31.633
Contribuições de empregados	15	-	-
Benefícios pagos	-	(26.774)	(31.633)
Juros sobre valor justo	(1.962)	52.894	-
Efeito do limite máximo de reconhecimento	-	(163.023)	-
Em 31 de dezembro de 2016	4.028	314.995	-

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido, contribuição definida e plano de saúde para 2017 são:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Plano CD	Plano BD	Plano de Saúde
Custo do serviço corrente	(1.307)	(7)	(4.161)
Custo dos juros	(547)	867	(64.978)
Custo da obrigação (ORA)	-	182.308	-
Custo total da obrigação	(1.854)	183.168	(69.139)

Outros benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 93.158 (R\$ 66.827 em 31 de dezembro de 2015).

26. Seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2016 a 08/10/2017	466.566	895
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2016 a 08/10/2017	89.556	172
Riscos Nomeados - Almoxarifado	08/10/2016 a 08/10/2017	159.200	305
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2016 a 08/10/2017	10.000	1.886
Veículos	08/10/2016 a 08/10/2017	-	67

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

27. Questões ambientais*

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Diretriz Integrada de Gestão (Qualidade e Meio Ambiente).

A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Em 2016, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental:

- Plantio em Áreas de Preservação Permanente (APP) e Unidades de Conservação com o uso de espécies nativas dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, como compensação ambiental dos empreendimentos da distribuidora construídos ao longo do ano;
- Folder informativo sobre aspectos e cuidados durante a construção de linhas de distribuição;
- Rede Compacta / Linha Verde - utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico;
- Projeto de Meliponicultura tem o objetivo de incrementar a meliponicultura com a criação racional da abelha uruçú, através de cursos de capacitação e oficinas de educação ambiental dentre outras iniciativas;
- Projeto de Arborização Urbana no bairro Cajueiro, da cidade de Juazeiro, como forma de compensação da construção da LD 69 kV Juazeiro II – Salitre III;
- Ações que contribuem para a melhoria da gestão dos resíduos gerados no processo produtivo da empresa, tais como reutilização de carretéis de madeira, reforma de equipamentos do sistema elétrico e reciclagem do óleo residual de cozinha do restaurante da Sede;

A Companhia realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa.

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015
Recursos aplicados	55.208	48.375	38.934	21.519

* Informações não auditadas

28. Evento subsequente

- Em 22 de fevereiro de 2017, a Reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 340.429, dentro do limite do capital social autorizado, para eliminação do excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

- Reorganização societária

Em 07 de junho de 2017, o BB Banco de Investimento S/A (BB-BI), a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) e a Iberdrola Energia S/A (Iberdrola) acionistas representando a totalidade do capital social da controladora Neoenergia S.A (“Neoenergia”), celebraram acordo de associação para regular a incorporação, pela controladora, da Elektro Holding S.A (“Elektro Holding” e “Operação”), bem como um novo acordo de acionistas que substituirá o acordo de acionistas existente.

A operação será estruturada mediante a incorporação, pela Neoenergia, da Elektro Holding, com consequente aumento do capital social da Neoenergia, na forma do artigo 227 da Lei das Sociedades por ações (“Incorporação”). A operação não resultará em alienação do controle da Neoenergia ou de qualquer uma das controladas, incluindo a Companhia.

A consumação da Operação está condicionada à verificação de algumas condições suspensivas usuais nesse tipo de operação, dentre as quais a obtenção da aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Neoenergia S.A. Em 30 de junho de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Neoenergia aprovou a incorporação da Elektro Holding S.A. pela Neoenergia e em 04 de julho de 2017 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE se posicionou como favorável a realização da operação.

A participação da Neoenergia na Coelba, quando concluída a operação, permanecerá inalterada.

A empresa Elektro Holding S.A. é uma controlada integral da Iberdrola e mantém operações de distribuição de energia elétrica nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de possuir ativos de geração de energia renovável, através de suas controladas.